

Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.
Cidade de Deus, Osasco, 07 de março de 2016.
Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais		DEZEMBRO - Em Milhares de Reais	
ATIVO	2015	2014	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
CIRCULANTE	2.613.114	1.873.116	CIRCULANTE
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	332.955	115.152	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 17g)
Ativos Financeiros (Nota 6)	185.699	18.318	Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Pagar (Nota 12d)
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Receber (Nota 16a)	631.296	664.581	Outras Obrigações
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 17f)	131.557	81.947	
Valores a Receber (Nota 8)	1.100.215	972.459	NÃO CIRCULANTE
Outros Créditos	4.240	3.327	Provisão para Impostos e Contribuições
Créditos Tributários (Nota 17c)	27.152	17.332	Provisão para Riscos Fiscais (Nota 11)
NÃO CIRCULANTE	29.420.434	26.370.657	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Realizável a Longo Prazo	3.558.072	2.646.628	Capital Social (Nota 12a)
Empréstimos e Recebíveis (Nota 7)	637.903	250.413	Reservas de Lucros (Nota 12c)
Valores a Receber (Nota 8)	2.069.980	1.672.471	Outros Resultados Abrangentes
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 17f)	380.851	378.760	
Depósitos Judiciais	339.994	218.026	
Créditos Tributários (Nota 17c)	129.344	86.958	
Investimentos (Nota 9)	25.822.157	23.683.824	
Intangível (Nota 10)	40.205	40.205	
TOTAL	32.033.548	28.243.773	TOTAL
			32.033.548
			28.243.773

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais	
	Exercícios findos em 31 de dezembro
	2015
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	4.550.315
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9a)	4.140.172
Resultado com Ativos/Passivos Financeiros (Nota 15)	540.098
Despesas Tributárias (Nota 13)	(127.637)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 14)	(2.318)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	4.550.315
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 17)	26.181
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.576.496
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 12b)	
Lucro básico por ação atribuído aos acionistas (Nota 12b)	0,62

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais	
	Exercícios findos em 31 de dezembro
	2015
Lucro Líquido	4.576.496
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(551.323)
Total do Resultado Abrangente	4.025.173

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais					
Eventos em 31 de dezembro de 2013	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
	Capital Social	Legal			
Saldos em 31 de dezembro de 2013	11.600.000	309.249	11.405.302	85.526	23.361.318
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	4.014.288
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	179.136	179.136
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	4.193.424
Aumento de Capital por Subscrição	611.900	-	-	-	611.900
Aumento de Capital Social com Reservas	988.100	-	(988.100)	-	-
Destinações - Reservas	-	200.714	2.689.345	-	(2.890.059)
- Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-	-	-	-	(1.124.229)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	13.200.000	509.963	13.106.547	85.526	27.042.413
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	4.576.496
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(551.323)	(551.323)
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	4.025.173
Aumento de Capital por Subscrição	775.200	-	-	-	775.200
Aumento de Capital Social com Reservas	1.124.800	-	(1.124.800)	-	-
Destinações - Reservas	-	228.825	2.626.275	-	(2.855.100)
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(1.721.396)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	15.100.000	738.788	14.608.022	85.526	30.121.390

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações ("Companhia") é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, bem como a administração, a compra e venda de ações, títulos e valores mobiliários.
A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 07 de março de 2016.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, que incluem os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), para a contabilização das operações, associadas, quando aplicáveis.
As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.
b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e são representados por disponibilidades e aplicações em fundos de investimento, cujos vencimentos das operações, são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentam riscos insignificantes de mudança de valor justo e são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5.

c) Instrumentos financeiros
i) Classificação dos ativos financeiros
Ativos financeiros
Ativo financeiro - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado dos períodos.
Os valores dos ativos financeiros estão apresentados na Nota 6.
ii) Empréstimos e recebíveis
Os empréstimos e recebíveis são ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado. Utilizando o método da taxa efetiva de juros, estão apresentados na Nota 7.

iii) Classificação por nível hierárquico
Os ativos financeiros a valor justo, por meio de resultado, foram classificados no nível 2 da hierarquia do CPC 40, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.
d) Valores a receber
Os valores a receber são mensurados pelo custo amortizado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções ao valor recuperável. A composição dos valores a receber estão apresentadas na Nota 8.

e) Investimentos
Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou perdas em relação entre a empresa e suas coligadas e controladas são eliminadas na medida da participação da empresa e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (impairment) do ativo transferido. A composição dos investimentos em coligadas e controladas estão apresentadas na Nota 9.

f) Ativos intangíveis
Ativos intangíveis são compostos por itens não monetários, sem substância física e separadamente identificáveis. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada, que não ultrapassa 20 anos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. Na data de cada exercício social, os ativos intangíveis são testados para detectar indícios de redução ao seu valor recuperável ou mudanças nos benefícios econômicos futuros estimados. Caso existam tais indícios, os ativos intangíveis são analisados para avaliar se seu valor contábil pode ser recuperado por completo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil exceder o valor recuperável.
g) Ágio (Goodwill)
O ágio é originado no processo de aquisição de coligadas e controladas.
O ágio representa o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma coligada ou controlada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas é reconhecido em "Ativos Intangíveis" e o ágio da aquisição de coligadas é incluído no valor dos investimentos de coligadas. A composição dos ativos intangíveis está apresentada na Nota 10.

h) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)
A Companhia avalia, anualmente, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por impairment. Nos exercícios de 2015 e de 2014, não houve perdas por impairment.
i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:
• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
• Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
• Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
• Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.
Detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 11.

j) Patrimônio líquido
i) Lucro por ação
O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 12b.
ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos a pagar
A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo do juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 12d.

9) INVESTIMENTOS
a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na rubrica de "Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a R\$ 4.140.172 (2014 - R\$ 3.758.366).
b) A composição dos investimentos de coligadas e controladas estão demonstradas a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em mil)		Participação no capital social (%)	Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2)	
				ON	PN		31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Banco Bradesco S.A. (1) (3)	43.100.000	91.220.475	18.132.906	1.201.653	608	23,81	21.722.458	19.637.684	4.254.708	3.490.829
NCF Participações S.A. (1)	4.299.354	6.848.573	429.227	443.212	429	39,51	2.705.824	2.547.991	169.021	212.392
Bradespar S.A. (1) (3)	4.100.000	7.937.504	(2.590.301)	44.883	301	12,93	1.026.038	1.155.366	(337.365)	8.589
Titanium Holdings S.A. (1)	350.000	735.674	107.616	37.056	-	50,00	367.837	342.783	53.808	37.556
Total				25.822.157	23.683.824		4.140.172	23.683.824	4.140.172	3.758.366

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015;
(2) Os ajustes decorrentes da avaliação consideram os resultados apurados pelas companhias, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais da investida não decorrente de resultado, bem como ajustes na avaliação da prática contábil, quando aplicáveis; e
(3) As demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, que não difere das práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC), base para o cálculo de equivalência patrimonial, do Bradesco e da Bradespar foram divulgadas em 7 de março de 2016 e em 21 de março de 2016, respectivamente.

10) INTANGÍVEL
O intangível corresponde ao ágio de R\$ 40.205 (2014 - R\$ 40.205), fundamentado na mais-valia das ações, que é a diferença entre o valor de mercado das ações e o respectivo valor contábil, sendo R\$ 4.680 decorrentes do Bradesco e R\$ 35.525 da Titanium Holdings S.A. ("Titanium"). Os testes de recuperabilidade dos ativos (impairment) são feitos anualmente, não havendo perda a ser reconhecida.

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS
a) Ativos contingentes
Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.
b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. O principal processo refere-se a não inclusão, na base de cálculo do PIS e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida, e a não tributação das receitas financeiras, no montante de R\$ 431.245 (2014 - R\$ 273.195). A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

Movimentação das provisões

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
No início do período	299.638	205.605
Atualizações monetárias	31.468	16.159
Constituições	127.515	77.874
No final do período	458.621	299.638

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Composição do capital social em ações
O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Ordinárias	7.392.706.325	7.179.739.293
Total	7.392.706.325	7.179.739.293

Em Assembleia Geral Extraordinária, de 30 de março de 2015, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 775.200, elevando-o de R\$ 13.200.000 para R\$ 13.975.200, mediante a subscrição de 212.967.032 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.
Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, de 29 de abril de 2015, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 1.124.800, elevando-o de R\$ 13.975.200 para R\$ 15.100.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária para Aumento de Capital".

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis
A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.
Em 2015 e 2014, não há processos contingentes avaliados com risco de perda possível.

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Composição do capital social em ações
O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Ordinárias	7.392.706.325	7.179.739.293
Total	7.392.706.325	7.179.739.293

Em Assembleia Geral Extraordinária, de 30 de março de 2015, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 775.200, elevando-o de R\$ 13.200.000 para R\$ 13.975.200, mediante a subscrição de 212.967.032 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.
Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, de 29 de abril de 2015, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 1.124.800, elevando-o de R\$ 13.975.200 para R\$ 15.100.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária para Aumento de Capital".

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Composição do capital social em ações
O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Ordinárias	7.392.706.325	7.179.739.293
Total	7.392.706.325	7.179.739.293

Em Assembleia Geral Extraordinária, de 30 de março de 2015, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 775.200, elevando-o de R\$ 13.200.000 para R\$ 13.975.200, mediante a subscrição de 212.967.032 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.
Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, de 29 de abril de 2015, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 1.124.800, elevando-o de R\$ 13.975.200 para R\$ 15.100.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária para Aumento de Capital".

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Composição do capital social em ações
O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Ordinárias	7.392.706.325	7.179.739.293
Total	7.392.706.325	7.179.739.293

Em Assembleia Geral Extraordinária, de 30 de março de 2015, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 775.200, elevando-o de R\$ 13.200.000 para R\$ 13.975.200, mediante a subscrição de 212.967.032 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.
Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, de 29 de abril de 2015, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 1.124.800, elevando-o de R\$ 13.975.200 para R\$ 15.100.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária para Aumento de Capital".

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Composição do capital social em ações
O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Ordinárias	7.392.706.325	7.179.739.293
Total	7.392.706.325	7.179.739.293

Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, em 31 de dezembro de 2015, foi de R\$ 0,62 (2014 - R\$ 0,56), baseado na quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, conforme cálculos a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	4.576.496	4.014.288
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares)	7.339.465	7.133.242
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais)	0,62	0,56

c) Reservas de lucros

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 80% do capital social integralizado; e

(iii) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

d) Juros sobre o capital próprio

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício de 2015, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido do exercício	4.576.496	
Reserva legal	(228.825)	
Base de cálculo ajustada	4.347.671	
Juros sobre o capital próprio (bruto) pagos e/ou provisionados	1.721.396	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15% (2)	(172.205)	
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2015	1.549.191	35,6
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2014	1.011.638	26,5

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo; e
(2) Não contempla o imposto de Renda Retido na Fonte, referente ao Juros Sobre o Capital Próprio dos acionistas isentos.

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
COFINS	105.289	64.990
PIS	22.226	14.110
Outras	122	15.670
Total	127.637	94.770

14) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Serviços prestados por terceiros	1.833	420
Despesas de pessoal	302	302
Editoriais e publicações	125	160
Outras	58	72
Total	2.318	954

15) RESULTADO COM ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Juros ativos, líquidos de juros passivos	403.161	285.108
Rendimento de ativos financeiros	100.025	39.297
Variação cambial	36.912	9.326
Total	540.098	333.731

16) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil									
	Controlador		Controle conjunto e coligadas (1)		Pessoal-chave da administração		Outras partes relacionadas (2)		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Ativos										
Caixa/disponibilidades	-	-	11	5	-	-	114.221	59.941	114.232	59.946
Aplicações financeiras	-	-	184.368	-	-	-	639.234	308.731	823.602	308.731
Valores a receber de ligadas	570.174	347.893	2.600.021	2.295.915	-	-	1.122	3.170.195	2.644.930	
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	-	-	831.296	664.581	-	-	-	831.296	664.581	
Passivos										
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	1.116.105	693.069	-	-	286.723	179.902	-	1.402.828	872.971	

(1) Banco Bradesco S.A., Bradespar S.A., NCF Participações S.A., e Titanium Holdings S.A.; e
(2) Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, Banco Bradesco S.A. - Grand Cayman Branch e NCD Participações Ltda.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:
• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.
Para 2015, foi determinado o valor máximo de R\$ 300, excluindo-se os encargos sociais, para remuneração dos Administradores.

Benefícios de curto prazo a Administradores

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Proventos	231	252
Encargos sociais	71	50
Total	302	302

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações, para seu pessoal-chave da Administração.

17) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	4.550.315	3.996.373
Encargo total do imposto de renda e contribuição social as alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(1.547.107)	(1.358.767)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos		
Participações em coligadas e controladas, tributadas nas empresas correspondentes	1.407.658	1.277.844
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	585.275	382.238
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	(419.222)	(290.745)
Outros	(423)	7.345
Total	26.181	17.915

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(26.025)	(8.409)
Impostos diferidos		
Constituição/realização no exercício sobre adições temporárias	53.629	26.606
Realização no exercício sobre prejuízo e base negativa	(1.423)	(282)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	26.181	17.915

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro			
	2014	Constituição	Realização	2015
Provisões fiscais	82.083	53.623	-	135.706
Outras provisões	16	6	-	22
Total dos créditos tributários	82.099	53.629	-	135.728
Prejuízo fiscal/base negativa da contribuição social	22.191	-	1.423	20.768
Total dos créditos tributários, líquidos	104.290	53.629	1.423	156.496
Obrigações fiscais diferidas	16.655	22.729	-	39.384
Total dos créditos tributários, líquido das obrigações fiscais diferidas	87.635	30.900	1.423	117.112

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro				Total
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2016	19.965	7.187	-	-	27.152
2017	29.939	10.778	-	-	40.717
2018	49.896	17.963	-	-	67.859
Após 2019	-	-	10.207	10.561	20.768
Total	99.800	35.928	10.207	10.561	156.496

Em 31 de dezembro de 2015, não foram constituídos créditos tributários, no montante de R\$ 22.470 (2014 - R\$ 22.470), os quais serão registrados quando apresentarem efetivas perspectivas de realização, de acordo com estudo técnico e análises elaboradas pela Administração.

f) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no ativo circulante, no montante de R\$ 131.557 (2014 - R\$ 81.947) e no ativo não circulante, no montante de R\$ 380.851 (2014 - R\$ 376.760) referem-se a imposto de renda e contribuição social do período atual e de exercícios anteriores, imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras, imposto retido na fonte sobre aplicações em debêntures e juros sobre o capital próprio.

g) Impostos e contribuições a recolher

Impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 11.225 (2014 - R\$ 12.016), referem-se, basicamente, à provisão sobre o parcelamento da anistia, no montante de R\$ 11.211 (2014 - R\$ 10.308).

18) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia, não possuía contingências cíveis e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que devessem ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 2015 e 2014;

b) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014; e

c) Em 1º de abril de 2015, foi publicada o Decreto nº 8.426, que restabelece, a partir de 1º de julho de 2015, as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP (0,65%) e da COFINS (4,00%) incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições.

19) EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Em Assembleia Geral Extraordinária, de 14 de janeiro de 2016, deliberou-se aumentar o Capital Social, no valor de R\$ 1.227.900, mediante a subscrição de 291.662.707 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$ 4.210,00 por lote de 1.000 ações, para subscrição pelos acionistas na proporção de suas participações no Capital Social na data da Assembleia, com integralização à vista, no ato da subscrição.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Membros	DIRETORIA
Presidente Lázaro de Mello Brandão	Denise Aguiar Alvarez João Aguiar Alvarez Carlos Alberto Rodrigues Guilherme Milton Matsumoto	Diretor-Presidente Lázaro de Mello Brandão
Vice-Presidente Luiz Carlos Trabuco Cappi	José Alcides Munhoz Aurélio Conrado Boni Domingos Figueiredo de Abreu Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente Alexandre da Silva Glúher Josué Augusto Pancini Maurício Machado de Minas Marcelo de Araújo Noronha Lia Maria Aguiar Lina Maria Aguiar Maria Angela Aguiar	Diretor Vice-Presidente Luiz Carlos Trabuco Cappi
		Diretores Denise Aguiar Alvarez João Aguiar Alvarez Carlos Alberto Rodrigues Guilherme
		Marco Aparecido Galende Contador - CRC 1SP201309/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da
Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos

relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cidade de Deus em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 23 de março de 2016



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0

Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, Osasco, 07 de março de 2016.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	2015	2014	
ATIVO			
CIRCULANTE	2.613.114	1.873.116	CIRCULANTE
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	332.955	115.152	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 17g)
Ativos Financeiros (Nota 6)	185.699	18.318	Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Pagar (Nota 12d)
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Receber (Nota 16a)	831.296	664.581	Outras Obrigações
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 17f)	131.557	81.947	
Valores a Receber (Nota 8)	1.100.215	972.459	NÃO CIRCULANTE
Outros Créditos	4.240	3.327	Provisão para Impostos e Contribuições
Créditos Tributários (Nota 17c)	27.152	17.332	Provisão para Riscos Fiscais (Nota 11)
NÃO CIRCULANTE	29.420.434	26.370.657	
Realizável a Longo Prazo	3.558.072	2.646.628	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Empréstimos e Recebíveis (Nota 7)	637.903	290.413	Capital Social (Nota 12a)
Valores a Receber (Nota 8)	2.069.980	1.672.471	Reservas de Lucros (Nota 12c)
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 17f)	380.851	378.760	Outros Resultados Abrangentes
Depósitos Judiciais	339.994	218.026	
Créditos Tributários (Nota 17c)	129.344	86.958	
Investimentos (Nota 9)	25.822.157	23.683.824	
Intangível (Nota 10)	40.205	40.205	
TOTAL	32.033.548	28.243.773	TOTAL
			32.033.548
			28.243.773

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais		DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais	
	Exercícios findos em 31 de dezembro		Exercícios findos em 31 de dezembro
	2015	2014	2015
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	4.550.315	3.996.373	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9a)	4.140.172	3.758.366	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social
Resultado com Ativos/Passivos Financeiros (Nota 15)	540.098	333.731	4.550.315
Despesas Tributárias (Nota 13)	(127.637)	(94.770)	Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 14)	(2.318)	(954)	Resultado de Equivalência Patrimonial
			(4.140.172)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	4.550.315	3.996.373	Juros, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas e Outras
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 17)	26.181	17.915	Lucro Líquido Ajustado
			(71.360)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.576.496	4.014.288	Redução/(Aumento) em Ativos
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 12b)	0,62	0,56	Aumento/(Redução) em Obrigações
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas (Nota 12b)	0,62	0,56	Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais
			(174.980)
			Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:
			(Aquisição)/Alienação de Investimentos
			(461.933)
			Adiantamento para Futuro Aumento de Capital
			(218.000)
			Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos
			1.098.850
			Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos
			636.917
			Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:
			Aumento de Capital
			775.200
			Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos
			(1.019.334)
			Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos
			(244.134)
			Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa
			217.803
			Início do Exercício
			115.152
			Fim do Exercício
			332.955
			Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa
			217.803

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais		DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais	
	Exercícios findos em 31 de dezembro		Exercícios findos em 31 de dezembro
	2015	2014	2015
Lucro Líquido	4.576.496	4.014.288	Reservas de Lucros
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(551.323)	179.136	Estatutária para Aumento de Capital
Total do Resultado Abrangente	4.025.173	4.193.424	Estatutária para Pagamento de Dividendos
			Outros Resultados Abrangentes
			Lucros Acumulados
			Totais
			Saldos em 31 de dezembro de 2013
			11.600.000
			309.249
			11.405.302
			85.526
			(38.759)
			4.014.288
			179.136
			4.193.424
			611.900
			988.100
			(988.100)
			2.689.345
			(2.890.059)
			(1.124.229)
			Saldos em 31 de dezembro de 2014
			13.200.000
			509.963
			13.106.547
			85.526
			140.377
			4.576.496
			(551.323)
			4.025.173
			775.200
			1.124.800
			(1.124.800)
			2.626.275
			(2.855.100)
			(1.721.396)
			Saldos em 31 de dezembro de 2015
			15.100.000
			738.788
			14.608.022
			85.526
			(410.946)
			30.121.390

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais	
1) CONTEXTO OPERACIONAL	
A Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações ("Companhia") é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, bem como a administração, a compra e venda de ações, títulos e valores mobiliários.	
A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 07 de março de 2016.	
2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, que incluem os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), para a contabilização das operações, associadas, quando aplicáveis.	
As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.	
3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	
a) Moeda funcional e de apresentação	
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.	
b) Caixa e equivalentes de caixa	
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e são representados por disponibilidades e aplicações em fundos de investimento, cujos vencimentos das operações, na data da efetiva aplicação, são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem riscos insignificantes de mudança de valor justo e são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5.	
c) Instrumentos financeiros	
(i) Classificação dos ativos financeiros	
Ativos financeiros	
Ativo financeiro - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado dos períodos. Os valores dos ativos financeiros estão apresentados na Nota 6.	
(ii) Empréstimos e recebíveis	
Os empréstimos e recebíveis são ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado. Utilizando o método da taxa efetiva de juros, estão apresentados na Nota 7.	
(iii) Classificação por nível hierárquico	
Os ativos financeiros a valor justo, por meio de resultado, foram classificados no nível 2 da hierarquia do CPC 40, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.	
d) Valores a receber	
Os valores a receber são mensurados pelo custo amortizado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções ao valor recuperável. A composição dos valores a receber estão apresentados na Nota 8.	
e) Investimentos	
Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a empresa e suas coligadas e controladas são eliminados na medida da participação da empresa e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (<i>impairment</i>) do ativo transferido. A composição dos investimentos em coligadas e controladas estão apresentados na Nota 9.	
f) Ativos intangíveis	
Ativos intangíveis são compostos por itens não monetários, sem substância física e separadamente identificáveis. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada, que não ultrapassa 20 anos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.	
Na data de cada exercício social, os ativos intangíveis são testados para detectar indícios de redução ao seu valor recuperável ou mudanças nos benefícios econômicos futuros estimados. Caso existam tais indícios, os ativos intangíveis são analisados para avaliar se seu valor contábil pode ser recuperado por completo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil exceder o valor recuperável.	
Ágio (Goodwill)	
O ágio é originado no processo de aquisição de coligadas e controladas.	
O ágio representa o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma coligada ou controlada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas é reconhecido em "Ativos Intangíveis" e o ágio da aquisição de coligadas é incluído no valor dos investimentos de coligadas. A composição dos ativos intangíveis estão apresentados na Nota 10.	
g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (<i>impairment</i>)	
A Companhia avalia, anualmente, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por <i>impairment</i> . Nos exercícios de 2015 e de 2014, não houve perdas por <i>impairment</i> .	
h) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais	
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:	
• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;	
• Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;	
• Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e	
• Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.	
Detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 11.	
i) Patrimônio líquido	
(i) Lucro por ação	
O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 12b.	
(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos a pagar	
A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo do juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 12d.	
j) Imposto de renda e contribuição social	
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".	
Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente, com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.	
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.	
A despesa com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e do imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.	
As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente, instituído pela Lei nº 12.973/14.	
A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 17.	
k) Apuração do resultado	
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre e simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.	
l) Outros ativos e passivos	
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base <i>pro rata</i>) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base <i>pro rata</i> dia).	
m) Eventos subsequentes	
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:	
• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e	
• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.	
Os eventos subsequentes estão descritos na Nota 19.	
4) GERENCIAMENTO DE RISCOS	
A Companhia não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos diretos/indiretos, do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") e da Bradespar S.A. ("Bradespar"), os quais têm seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado pela Organização Bradesco, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.	
Valor justo de ativos e passivos financeiros	
A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:	
Nível 1	
Preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.	
Nível 2	
Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).	
Nível 3	
Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).	
5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	
	Em 31 de dezembro
	2015
	2014
Depósito bancário (1)	114.232
Fundos de investimentos financeiros (2)	218.723
Total	332.955
	59.946
	55.206
	115.152

(1) No país e no exterior; e

(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou Sociedades a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco.

continua...

Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

6) ATIVOS FINANCEIROS

Refere-se: (i) a operações com Letras Financeiras emitidas pelo Bradesco, no montante de R\$ 184.368, sendo o valor de mercado R\$ 183.528, e uma marcação a mercado de R\$ 840, com vencimento em 14 de dezembro de 2017; e (ii) Aplicações em Eurobonds no montante de R\$ 1.331 (2014 - R\$ 18.318). Enquadrados no nível 2.

7) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Aplicação em operações compromissadas (1).....	637.903	290.413
Total	637.903	290.413

(1) Referem-se a operações compromissadas com lastro em Debêntures, emitidas pela Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Bradesco Leasing"), a taxa de 100% do DI, com vencimentos para novembro de 2017 e dezembro de 2017.

9) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na rubrica de "Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a R\$ 4.140.172 (2014 - R\$ 3.758.366).
b) A composição dos investimentos de coligadas e controladas está demonstrada a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em mil)		Participação no capital social %	Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2)	
				ON	PN		31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Banco Bradesco S.A. (1) (3).....	43.100.000	91.220.475	18.132.906	1.201.653	608	23,81	21.722.458	19.637.684	4.254.708	3.499.829
NCF Participações S.A. (1).....	4.299.354	6.848.573	429.227	843.212	-	39,51	2.705.824	2.547.991	169.021	212.392
Bradespar S.A. (1) (3).....	4.100.000	7.937.504	(2.590.301)	44.883	301	12,93	1.026.038	1.155.366	(337.365)	8.589
Titanium Holdings S.A. (1).....	350.000	735.674	107.616	37.056	-	50,00	367.837	342.783	53.808	37.556
Total							25.822.157	23.683.824	4.140.172	3.758.366

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015;

(2) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas companhias, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais da investida não decorrente de resultado, bem como ajustes na avaliação de práticas contábeis, quando aplicáveis; e
(3) As demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, que não difere das práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC), base para o cálculo de equivalência patrimonial, do Bradesco e da Bradespar foram divulgadas em 7 de março de 2016 e em 21 de março de 2016, respectivamente.

10) INTANGÍVEL

O intangível corresponde ao ágio de R\$ 40.205 (2014 - R\$ 40.205), fundamentado na mais-valia das ações, que é a diferença entre o valor de mercado das ações e o respectivo valor contábil, sendo R\$ 4.680 decorrentes do Bradesco e R\$ 35.525 da Titanium Holdings S.A. ("Titanium"). Os testes de recuperabilidade dos ativos (impairment) são feitos anualmente, não havendo perda a ser reconhecida.

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. O principal processo refere-se a não inclusão, na base de cálculo do PIS e da COFINS, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida, e a não tributação das receitas financeiras, no montante de R\$ 431.245 (2014 - R\$ 273.195). A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

Movimentação das provisões

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
No início do período.....	299.638	205.605
Atualizações monetárias.....	31.468	16.159
Constituições.....	127.515	77.874
No final do período.....	458.621	299.638

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 2015 e 2014, não há processos contingentes avaliados com risco de perda possível.

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Ordinárias.....	7.392.706.325	7.179.739.293
Total	7.392.706.325	7.179.739.293

Em Assembleia Geral Extraordinária, de 30 de março de 2015, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 775.200, elevando-o de R\$ 13.200.000 para R\$ 13.975.200, mediante a subscrição de 212.967.032 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, de 29 de abril de 2015, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 1.124.800, elevando-o de R\$ 13.975.200 para R\$ 15.100.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária para Aumento de Capital".

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, em 31 de dezembro de 2015, foi de R\$ 0,62 (2014 - R\$ 0,56), baseado na quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, conforme cálculos a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores.....	4.576.496	4.014.288
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares).....	7.399.465	7.133.242
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais).....	0,62	0,56

c) Reservas de lucros

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 80% do capital social integralizado; e

(iii) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

d) Juros sobre o capital próprio

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício de 2015, está demonstrado a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido do exercício.....	4.576.496	
Reserva legal.....	(228.825)	
Base de cálculo ajustada	4.347.671	
Juros sobre o capital próprio (bruto) pagos e/ou provisionados.....	1.721.396	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15% (2).....	(172.205)	
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2015	1.549.191	35,6
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2014	1.011.638	26,5

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo; e

(2) Não contempla o Imposto de Renda Retido na Fonte, referente aos Juros Sobre o Capital Próprio dos acionistas isentos.

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
COFINS.....	105.289	64.990
PIS.....	22.226	14.110
Outras.....	122	15.670
Total	127.637	94.770

14) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Serviços prestados por terceiros.....	1.833	420
Despesas de pessoal.....	302	302
Editais e publicações.....	125	160
Outras.....	58	72
Total	2.318	954

15) RESULTADO COM ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Juros ativos, líquidos de juros passivos.....	403.161	285.108
Rendimento de ativos financeiros.....	100.025	39.297
Varição cambial.....	36.912	9.326
Total	540.098	333.731

16) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil							
	Controlador		Controle conjunto e coligadas (1)		Pessoal-chave da administração		Outras partes relacionadas (2)	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Ativos								
Caixa/disponibilidades.....	-	-	11	5	-	-	114.221	59.941
Aplicações financeiras.....	-	-	184.368	-	-	-	639.234	308.731
Valores a receber de ligadas.....	570.174	347.893	2.600.021	2.295.915	-	-	1.122	3.170.195
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber.....	-	-	831.296	664.581	-	-	-	831.296
Passivos								
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar.....	1.116.105	693.069	-	-	286.723	179.902	-	1.402.828

Aos Administradores da

Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avalia-

8) VALORES A RECEBER

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Circulante		
Adiantamento para futuro aumento de capital (1).....	1.100.215	971.337
Contratos de mútuo.....	-	1.122
Total	1.100.215	972.459
Não Circulante		
Contratos de mútuo (2).....	2.069.980	1.672.471
Total	2.069.980	1.672.471

(1) Adiantamento para futuro aumento de capital, acrescido da variação da taxa SELIC; e

(2) Contratos de mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento para março de 2016. Adicionalmente, ocorreu o aditamento do Instrumento Particular de Contrato de Mútuo, alterando o vencimento para março de 2018, mantendo as condições do referido Instrumento inalteradas e em pleno vigor.

	Exercício findos em 31 de dezembro - R\$ mil							
	Controlador		Controle conjunto e coligadas (1)		Pessoal-chave da administração		Outras partes relacionadas (2)	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014

Receitas de juros/ outras.....	64.369	29.576	304.106	206.030	-	-	20	103	368.495	235.709
Receitas de Juros sobre capital próprio.....	-	-	1.233.008	855.131	-	-	-	-	1.233.008	855.131
Receitas de aplicação.....	-	-	1.218	-	-	-	76.489	33.789	77.707	33.789

(1) Banco Bradesco S.A., Bradespar S.A., NCF Participações S.A., e Titanium Holdings S.A.; e

(2) Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, Banco Bradesco S.A. - Grand Cayman Branch e NCD Participações Ltda.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

Para 2015, foi determinado o valor máximo de R\$ 300, excluindo-se os encargos sociais, para remuneração dos Administradores.

Benefícios de curto prazo a Administradores

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Proventos.....	231	252
Encargos sociais.....	71	50
Total	302	302

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações, para seu pessoal-chave da Administração.

17) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social).....	4.550.315	3.996.373
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	(1.547.107)	(1.358.767)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas, tributadas nas empresas correspondentes....	1.407.658	1.277.844
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar).....	585.275	382.238
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber).....	(419.222)	(290.745)
Outros.....	(423)	7.345
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	26.181	17.915
b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social		

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Impostos correntes	(26.025)	(8.409)

Impostos diferidos

Constituição/realização no exercício sobre adições temporárias.....	53.629	26.606
Realização no exercício sobre prejuízo e base negativa.....	(1.423)	(282)
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	26.181	17.915

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro			
	2014	Constituição	Realização	2015
Provisões fiscais.....	82.083	53.623	-	135.706
Outras provisões.....	16	6	-	22
Total dos créditos tributários.....	82.099	53.629	-	135.728
Prejuízo fiscal/base negativa da contribuição social.....	22.191	-	1.423	20.768
Total dos créditos tributários, líquidos.....	104.290	53.629	1.423	156.496
Obrigações fiscais diferidas.....	16.655	22.729	-	39.384
Total dos créditos tributários, líquido das obrigações fiscais diferidas.....	87.635	30.900	1.423	117.112

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro			
	Diferenças temporárias		Pre	